

AUTISMO: DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE TERESINA/PI

Maria do Perpetuo Socorro Resende Costa ¹

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se configura como uma síndrome comportamental que se manifesta desde o nascimento ou nos primeiros anos de vida, compreendido como uma desordem neurológica. Considerando esse pressuposto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar os desafios na prática pedagógica da inclusão do aluno autista na sala comum da educação infantil em uma escola municipal de Teresina-PI, tendo como objetivos específicos: detectar as dificuldades do professor para promover a aprendizagem e desenvolvimento do aluno autista na educação infantil e identificar as estratégias pedagógicas que o professor utiliza no processo de interação do aluno autista em sala de aula. Adotou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa com enfoque descritivo e de campo. Na pesquisa de campo, os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: observação e um questionário. Os resultados obtidos apontaram que os professores sentem dificuldade para trabalhar com alunos da educação especial nas escolas regulares, especificamente com aluno autista. Foi observado também que os professores procuravam realizar uma prática pedagógica inclusiva, porém, as estratégias pedagógicas utilizadas ainda não se efetivaram de maneira concreta. Assim, percebe-se que o ideal e real ainda se encontram em discrepância, portanto, ainda há muito a ser feito para superar estes desafios.

Palavras-chave: Autismo, Professor, Prática pedagógica, Educação infantil.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se configura como uma síndrome comportamental que se manifesta desde o nascimento ou nos primeiros anos de vida, compreendido como uma desordem neurológica. Assim, para que o professor consiga executar seu trabalho com excelência, é necessário que haja uma preparação de todos para o recebimento da criança com TEA. Portanto, a prática inclusiva deve ser consistente. A escola, como instituição principal de ensino, precisa reconhecer o seu trabalho e garantir o atendimento adequado às necessidades de seus alunos.

Esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar os desafios na prática pedagógica da inclusão do aluno autista na sala comum da educação infantil em uma escola municipal de Teresina-PI, e foram elencados como objetivos específicos: detectar as dificuldades do

¹ Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Montenegro. Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela FAEPI e Licenciada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, socorrihacosta2010@gmail.com.



professor para promover a aprendizagem e desenvolvimento do aluno autista na educação infantil e identificar as estratégias pedagógicas que o professor utiliza no processo de interação do aluno autista em sala de aula. A metodologia utilizada para realização deste artigo baseou-se numa pesquisa de abordagem qualitativa e de referências bibliográficas. Também foi realizada uma pesquisa de campo.

A motivação da autora em pesquisar acerca do “Autismo: desafios da prática pedagógica do professor na educação infantil em uma escola municipal de Teresina/PI”, ocorreu a partir do momento que a pesquisadora entrou em contato com tal realidade e entendeu a importância de estudar o assunto, tanto para um melhor desempenho em sua profissão, como para maior conhecimento sobre o tema. Além disto, entende-se que, quanto maior a efetividade da inclusão, maiores serão os benefícios das vivências escolares, tanto em termos de interações sociais quanto do desenvolvimento de habilidades cognitivas nas crianças com esse espectro.

Esta pesquisa reforça que a instituição escolar deveria elaborar estratégias pedagógicas visando a necessidade dos alunos com TEA, sendo necessário o interesse pela aprendizagem por parte dos professores. A proposta de inclusão busca inserir indivíduos em vários segmentos da sociedade, como saúde, educação, trabalho, entre outros.

Portanto, a pesquisa visa contribuir com novos conhecimentos sobre como a escola de ensino infantil vem administrando os desafios ao receberem crianças com autismos em suas salas de aula, considerando a qualidade do ensino e proporcionando o respeito às diferenças.

METODOLOGIA

Adotou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, com enfoque descritivo e pesquisa bibliográfica e de campo. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: a observação e um questionário.

Esta investigação teve a pesquisa qualitativa como pressuposto teórico metodológico considerando que possibilitou “[...] analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano” (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 269), haja vista que o referido método de pesquisa fornece uma análise mais detalhada sobre as investigações, os hábitos, as atitudes, as tendências de comportamento etc.

Quanto a pesquisa bibliográfica, ela se refere ao levantamento de ideias direcionadas a um tema anteriormente selecionado pelo pesquisador, corroborando com o pensamento de grandes estudiosos. Segundo Fonseca (2002, p. 32), esta tipologia de pesquisa é realizada “[...]”



a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da web [...]”.

A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição do ensino infantil no município de Teresina, Piauí. O sujeito foram duas professoras. Durante o processo de análise dos dados as professoras não terão suas identificações reveladas, assim, serão denominadas professora A e professora B.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O autismo só foi reconhecido como deficiência, para todos os efeitos legais, pela Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012), também conhecida como Lei Berenice Plana, que instituiu a Política Nacional de proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabeleceu diretrizes para a sua consecução. Em seu art. 3º, estabelece os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e interessa-nos especialmente os incisos III, IV e o parágrafo único deste artigo, bem como o art. 7º, que estabelecem:

O acesso a ações e serviços de saúde, com vistas a atenção integral as suas necessidades de saúde, incluindo: o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; o atendimento multiprofissional; (...) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento. acesso à educação e ao ensino profissionalizante; (...) Em casos de comprovada necessidade a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos: “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos (BRASIL, 2012, p. 67).

O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento, logo, as manifestações que caracterizam seu contexto sintomático são, basicamente, comportamentais e qualitativas, relacionadas às dificuldades na interação social e na comunicação. Apesar de evidenciarem-se padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, não existe uma diretriz clara, cada sujeito expressa o transtorno de forma diferente e deve ser olhado na sua subjetividade e na sua relação com os outros.

De acordo com Orrú (2012, p. 23), o TEA é “uma “síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento”, porém, ainda hoje se tem dificuldade para um diagnóstico preciso. Sobre o tema, o referido autor comenta que:



[...] as crianças com Transtorno do Espectro Autista possuem um desenvolvimento atípico, prejudicado por suas dificuldades de interação social, comunicação e ações estereotipadas. As intervenções pedagógicas servem para que a criança que possui alguma dificuldade ou deficiência possa realizar suas atividades com autonomia, nem sempre no mesmo ritmo que os demais, mas que suas habilidades sejam satisfatórias para sua vivência (ORRÚ, 2012, p. 26).

O conceito do autismo vem ganhando novos contornos. É notório o crescimento dos estudos acerca das causas da síndrome, por meio da análise de possíveis características, como as funções executivas, as quais são responsáveis pela interação do ser humano com o meio social. A esse respeito, Silva (2012, p. 22) afirma ainda que:

Pessoas com autismo apresentam muitas dificuldades na socialização, com variados níveis de gravidade. Existem crianças com problemas mais severos, que praticamente se isolam em um mundo impenetrável; outras não conseguem se socializar com ninguém; e aquelas que apresentam dificuldades muito sutis, quase imperceptíveis para a maioria das pessoas, inclusive para alguns profissionais.

O Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais DSM-V (APA, 2014) divide o TEA em nível 1, 2 ou 3, com base nos níveis de apoio e de intervenção que a pessoa com autismo precisa receber. Os indivíduos que estão no nível 1 muitas vezes falam, mas possuem dificuldade em iniciar e manter interações com as outras crianças. Podem apresentar pouco interesse em fazê-lo, e seus interesses restritos e padrões repetitivos de comportamento podem atrapalhar essas relações. Ademais, apresentam dificuldades com a flexibilidade mental e com mudanças de rotina, no entanto, precisam de pouco tratamento para serem funcionais na vida (APA, 2014).

Já quem está no nível 2 do TEA precisa de mais apoio e intervenção terapêutica. Os déficits na interação social são mais acentuados, e apresentam dificuldade de se relacionar adequadamente com outras crianças, mesmo com mediação e muito suporte terapêutico. Os comportamentos restritivos são óbvios para as outras crianças e interferem no seu contato social em diversos contextos. Além disso, não gostam de ser interrompidos nos seus rituais e costumam ficar alterados quando isso ocorre (APA, 2014).

E os que se encontram no nível 3 precisam de apoio intenso, visto que possuem um déficit acentuado na comunicação verbal e não-verbal, fazendo com que a interação com os outros seja muito limitada e difícil de ocorrer. Os comportamentos restritos e repetitivos interferem em todos os contextos em sua vida, mesmo recebendo muito tratamento. Os sintomas desses indivíduos apresentam maior gravidade e ainda contam com grande sofrimento para mudar o foco das suas ações. Diante disso, é necessário que a criança inicie uma intervenção especializada, ou seja, um tratamento, para que, assim, possa se observar evolução, ou não, dos

seus comportamentos na escola e em casa, assim, esse indivíduo terá um melhor prognóstico, isto é, uma maior probabilidade de ser funcional e pouco dependente (APA, 2014).

A escola inclusiva deve estar preparada para receber os alunos com TEA com professores capacitados, que conheçam o tipo de deficiência e, principalmente, que saibam o que fazer para ajudar esses alunos. Logo, promover a inclusão da criança com TEA é importante desde os primeiros anos de estudo, o ideal é que as escolas estejam prontas, com estruturas adequadas para receber estes alunos autistas e para ensinar as outras crianças a respeitar seus limites.

É necessário ressaltar que o autismo não é uma barreira, eles têm capacidade de desenvolver a habilidade de leitura e escrita. Apesar de terem sua matrícula garantida por lei, não basta apenas o seu cumprimento.

Desse modo, é importante trabalhar com os professores, de forma que eles sejam capazes de compreender as próprias práticas e de refletir sobre as mesmas, sendo assim, a qualificação do professor está diretamente ligada à qualificação do atendimento aos alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Portanto, cabe ao professor atuar como mediador do ensino. Neste aspecto, Onohara, Cruz e Mariano (2018) afirmam que a formação de professores da educação especial e inclusiva precisa ser continuada, atualizada, buscando ampliar seus conhecimentos e desenvolver práticas específicas voltadas para o ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais, devem estar sempre preparados para conhecer as necessidades do seu aluno e promoverem a inclusão integral.

O aluno com TEA precisa de uma boa metodologia, pois facilita a assistência necessária do professor. É importante, também, a criação de uma rotina de trabalho, a arrumação da sala, a maneira que o professor escreve no quadro negro. Santos *et al.* (2013 *apud* MARINHO; SANTOS; RAMOS, 2021, p. 15) explica que, “[...] também é preciso um ambiente calmo e não deve ter agitação, pois mudanças bruscas no ambiente podem irritar a criança autista”.

É fundamental que o professor adote uma postura reflexiva sobre as práticas pedagógicas e, assim, desenvolva estratégias de ensino que possibilitem o domínio dos conteúdos abordados em sala de aula, com o intuito de minimizar as falhas na transposição e aquisição dos saberes necessários para o desenvolvimento do aluno. Diante dessa exigência, destaca-se a importância do professor como um mediador direto das relações sociais dos alunos, na medida em que promove o desenvolvimento e as aprendizagens nas interações entre o aluno autista e os demais alunos da turma.



Contudo, não basta só dizer o que deve ser realizado, é necessário que a qualificação docente seja oferecida, incentivada no sentido de formar professores que reflitam criticamente sobre o seu fazer pedagógico. É essencial uma formação que contribua para que o professor reflita, analise e compreenda o significado de suas ações frente aos novos desafios impostos, dentre eles, ensinar aos alunos com TEA, uma vez que, “a inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes” (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2).

Faz-se necessário salientar que trabalhar com o aluno com TEA não parte somente do professor, haja vista que deve se buscar o envolvimento de toda a comunidade escolar, essa proposta visa incluir não só esse aluno, mas todos, de modo que venham superar a exclusão social.

Neste sentido, a qualificação dos professores torna-se urgente e necessária, pois se constitui um dos agentes responsáveis pelas discussões no ambiente escolar para a inclusão dos alunos nas atividades didáticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando as professoras foram questionadas se a escola oferece formação específica e continuada para trabalhar a prática inclusiva, a professora A respondeu que não, que tem que buscar cursos por fora, já a professora B disse que não oferece e que fica por conta dos professores. Percebe-se que é de extrema importância a formação continuada dos professores, pois requer elaboração, adaptação e aplicação com êxito em suas ações pedagógicas. A capacitação influencia diretamente na prática profissional, ao ponto de estabelecer um melhor desenvolvimento para os mais variados transtornos do neurodesenvolvimento presentes na população escolar (SANTOS; GONÇALVES, 2021).

Em relação a pergunta “quais são os fatores que causam dificuldade no aprendizado do aluno autista”, obteve as seguintes respostas: número de alunos, a ausência da família, falta atividades de acordo com as especificidades, rotina muito bem estabelecida, falta de comunicação da criança (muitas vezes não verbalizam), a dificuldade na interação social, a falta de capacidade de se colocar no lugar do outro, a dependência para autocuidado e dificuldades cognitivas, a falta de material de apoio pedagógico, entre outros.

Desse modo, os alunos com TEA são muito diferentes entre si e exigem dos professores que as adaptações ou abordagens de ensino não sejam centradas nas características do



transtorno, mais nas habilidades e dificuldades singulares de cada sujeito. Segundo Mantoan (2003, p. 32), “[...] ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada”.

Na pergunta “quais são os desafios enfrentados em sua prática pedagógica na inclusão de alunos com TEA”, as professoras responderam que fazem o planejamento para o aluno com TEA e adaptam o currículo de acordo com as suas necessidades a partir das suas especificidades. O outro desafio é a formação continuada posta em prática, uma vez que as teorias não as preparam para a sala de aula. Pelas falas das professoras, percebe-se que, apesar da formação continuada, há a dificuldade de transpor os estudos teóricos para a prática.

Nesse sentido, o grande desafio do professor é unir a teoria estudada no curso de formação da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) à sua prática, portanto, trabalhar a inclusão destes alunos contando com o pouco apoio oferecido pela rede regular de ensino no que diz respeito à qualificação docente, também é um desafio para a escola.

A escola para se tornar inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência (FIGUEIREDO, 2008, p. 143).

A escola tem um papel importante, pois a instituição trabalha com diferentes pessoas com necessidades específicas, em um processo de interação complexo diante da heterogeneidade de seus atores sociais. Para Mantoan (2000), inclusão é conviver com as diferenças nas quais todos aprendem juntos, sem exceção. Diante deste panorama, incluir significa interagir com o outro, com o meio social, e essa interação torna-se indicação básica para que os processos de desenvolvimento e aprendizagem aconteçam satisfatoriamente.

Desse modo, o trabalho docente tem se apresentado como árdua tarefa em que os professores, além de desenvolver sua competência técnica e pedagógica, devem estabelecer um diálogo aberto com seus alunos sobre assuntos recorrentes que se apresentam em sala de aula no que se refere às diferentes formas de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer e investigar como se dá a educação de crianças autistas é um passo fundamental para o alcance da efetivamente de uma escola inclusiva, que possa estar apta, de forma humanizada, com estrutura física e recursos pedagógicos.

Os resultados da pesquisa apontam que os professores, embora tenham participado da formação continuada e conhecendo as principais características do transtorno do autismo, ainda não conseguem fazer uso dos saberes necessários para a transposição dos conteúdos didáticos necessários para o processo de ensino aprendizagem desses alunos. Neste processo, pode-se perceber que o professor tem um papel fundamental, sendo este o responsável por elaborar, adaptar e aplicar propostas pedagógicas, reconhecendo a sequência que deve ser dada ao conteúdo e o nível de complexidade das atividades e do avanço das séries.

Assim, diante das discussões realizadas, foi observado que a prática pedagógica para crianças autistas ainda é um ponto de atenção, visto que nem sempre os professores recebem o suporte necessário tanto por parte da escola, como por parte da família, que é fundamental dentro do processo de ensino-aprendizagem para crianças com TEA.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

FIGUEIREDO, R. V. A formação de professores para inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. *In*: MANTOAN, M. T. E. (org.) **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é, por que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar, eis a questão**: explicando o déficit intelectual. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.



MARINHO, A. F. dos S.; SANTOS, D. B. S. dos; RAMOS, M. G. de M. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro Universitário Brasileiro, Recife, 2021.

ONOHARA, A. M. H.; CRUZ, J. A. S.; MARIANO, M. L. Educação inclusiva: o trabalho pedagógico do professor para com o aluno autista no ensino fundamental I. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 289-304, jul./dez. 2018.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wake, 2012.

SANTOS, T. K.; GONÇALVES, P. da S. Desafios e estratégias na prática docente de professores de educação física com estudantes com transtorno do espectro autista. **Biomotriz**, [s.l.], Fundação Universidade de Cruz Alta, v. 15, n. 1, p. 246-258, 23 ago. 2021. Disponível em: <https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/biomotriz/article/view/497>. Acesso em: 12 jun. 2024

SILVA. A. B. B. **Mundo Singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. A formação docente na perspectiva da inclusão. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 9. 2007, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: UNESP, 2007. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/ixcepfe/Arquivos%202007/5eixo.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.